

Batalha judicial envolve rádio de deputado 153

Família de José Abreu (PTN) é dona de oito estações; emissora feriu lei com relação à 'Eldorado'

BRASÍLIA – A concentração de emissoras de rádio não é exclusiva das oligarquias nem dos fortes grupos econômicos. O deputado José Abreu, único deputado eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), do qual é presidente e líder no Congresso Nacional, tem, com sua família, uma rede de oito emissoras. Apenas uma está em seu nome – a rádio Atual (AM), de São Paulo. A maioria faz parte da rede Comunicação Brasil Sat (CBS), que conta com sete FM's e três AM's. A rede é conhecida pela instabilidade, de sucessivas mudanças de nome, frequência e programação.

A surpresa mais recente foi o surgimento, em agosto, da Rádio Marconi, na frequência 92,5 FM. Marconi para alguns, Scalla para outros. A concessão não respeitou a norma técnica de 600 kilohertz de distância de outra emissora já instalada – a Eldorado.

A princípio pensou-se que fosse mais uma emissora pirata em São Paulo. Só após alguns dias veio a explicação, dada por Paulo Abreu, irmão de José: a rádio é, na verdade, a restauração de uma emissora fechada pelo regime militar em 1974. Após longa batalha judicial, a família obteve decisão favorável da Justiça, em 1992, pela sua reinstalação, o que foi feito pelo Ministério das Comunicações, em nova frequência. A original, 93,7 FM, é da rádio USP.

O ex-ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, diz que não participou da negociação para a restauração da rádio e critica os procedimentos dos proprietários da emissora. Segundo ele, a família Abreu costuma alternar ações judiciais com procedimentos administrativos para conseguir suas outorgas. “Os caminhos usados por eles às vezes preocupam”, disse. “A família tem várias situações semelhantes a essa.”

O sucessor de Pimenta, Juares Quadros, confirma ter autorizado o acordo, mas também nega ter participado das negociações. “Eu não recebo as partes”, garante. “Eu me poupo, pois sou responsável pelos atos finais.” Segundo ele, essas questões são analisadas pela Secretaria de Serviços de Radiodifusão, que era comandada até sexta-feira por Antônio Carlos Tardeli, que pediu demissão. Nos aspectos jurídicos, as negociações são com a Consultoria Jurídica, comandada por Raimunda Nonata Pires.

Segredos – Nem o ministro nem seus dois assessores permitiram consulta ao processo da Marconi. Apesar disso, Quadros nega que haja segredos em sua pasta e diz que o excesso de atribuições e a falta de meios é que dificulta a prestação de informações. Quadros disse ainda que a restauração da rádio era uma exigência da Justiça. “Eu entendo que decisão judicial é para ser cumprida”, diz.

O gerente do Escritório Regional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em São Paulo, Everaldo Gomes Ferreira, a quem cabe fiscalizar as emissoras, garante que os problemas com interferência já foram sanados. Ele diz que não é obrigatório respeitar uma separação mínima de 600 kilohertz entre duas emissoras. “Isso depende do canal, não é uma regra rígida”, justifica.

Paulo Abreu, proprietário oficial da maioria das rádios da família, reage às suspeitas de irregularidades. “Eu nunca ganhei concessão do governo, sempre comprei (as rádios) após prévia aprovação do poder concedente”, defende-se. “Nossos documentos estão à disposição de vocês.” (J.R.)